

PATRIARCALISMO E DEPENDÊNCIA DA MULHER NA HISTÓRIA DA SOCIEDADE

Maria do Socorro Carvalho

(Doutoranda DINTER UFRJ/UEMA)

I - O feminismo e o pós-colonialismo

Desde o início da humanidade a mulher tem carregado a culpa do desequilíbrio do homem. Na literatura bíblica apresenta Eva como culpada do descaminho de Adão. Na Antiguidade grega a mulher carrega um fardo do que acontece de ruim por incompetência e fraqueza do homem. Mulheres como Helena, que causara uma guerra de grande repercussão e Cleópatra, a transgressora, num tempo em que as mulheres não representavam seres atuantes, mas sempre passivos aos maus tratos.

Segundo Muraro (1997) “Na Grécia a frigidez era institucionalizada. As mulheres “boas” não deveriam demonstrar nenhum interesse pelas coisas do sexo e submeter-se a seus maridos porque era seu dever produzir filhos” (p. 89). Por outro lado a sociedade espartana, cujos homens eram guerreiros, deixavam as suas mulheres e iam em busca de outras, depois das guerras. Continua Muraro “Durante o período arcaico, a homossexualidade era muito difundida entre os homens [...] A homossexualidade feminina, de que a poetisa Safo foi o maior símbolo...” (p. 89). Safo luta pelo direito de expressar seus sentimentos, seus pensamentos. Nascida em Mitilene, no século VII a. C. na ilha de Lesbos, foi incompreendida como ser-mulher e como poetisa. Luiza Lobo (2007) diz que:

A literatura feminina começou com a queima da obra de Safo, em Constantinopla, em 380, pelo bispo Gregório Nazienzen, seguida de novas destruições na Idade Média, que culminaram com a destruição de seus nove livros de odes, elegias e hinos epitalâmios por Gregório VII, em 1073 (p. 96).

E ao longo da história da humanidade uma ou outra mulher tem levantado a bandeira, mesmo tímida, de luta pelo direito a igualdade social, familiar, intelectual e política. E no século XX, à luz das Ciências Sociais surgiu a vontade de interpretar os estudos culturais, que abrange um vasto campo de estudos, num âmbito teórico, como o Feminismo, e Pós-colonialismo, nos estudos literários, desconstruindo assim, o cânone voltado para uma produção colonialista burguesa e patriarcal do século XIX. Para Bonnici (2000, p. 10): “outro conceito a ser considerado é o de literatura pós-colonial, que pode ser entendida como toda a produção literária dos povos colonizados pelas potências européias entre os séculos XV e XX”. A partir daqui pode-se perceber a importância dada pela crítica pós-colonialista, que através das produções do homem como cultura e a literatura expressam as marcas da dominação européia.

Segundo Costa (2009) a obra de Robert Young,

Postcolonialism: Na Historical Introduction é o que mais profundamente elabora o conceito de pós-colonialismo e que delineia semelhanças entre as teorias pós-coloniais e as teorias feministas [...] argumenta que o que une as diversas críticas pós-coloniais é um consenso político e moral em relação à história e ao legado do colonialismo ocidental (p. 75).

Com isso o autor mencionado ao se engajar nesse debate “das novas formas de identidade política, a crítica pós-colonial em muito se aproxima das práticas e objetivos da crítica feminista do Terceiro Mundo” (COSTA, 2009, p.76). O pós-colonialismo, assim como o feminismo originaram-se, e foram instituídas enquanto matéria de discussão na literatura.

Considera-se que o início do movimento feminista foi com o acontecimento histórico mais frutífero para os direitos humanos, a Revolução Francesa (1789), que desencadeou uma renovação no sistema sócio-político em vigência, encorajando as mulheres a expressarem a sua insatisfação com o modo de tratamento recebido perante as leis que não as reconhece, a política, as questões econômicas e educacionais, mesmo porque a maioria não teve ou não precisavam ir a escola.

Com a Revolução houve uma maior participação das mulheres francesas na política, e em 1792, Etta Palm (1743 – 1799) encabeça uma delegação para ir até à assembleia fazer uma exigência: que as mulheres tivessem acesso ao serviço público, pudessem ingressar nas forças armadas, bem como votar, pois uma vez participando fortaleceria um grupo que precisa de justiça social. Havendo uma maior participação nas decisões políticas tomadas no controle da economia e do bem estar social. Mas o movimento representava um grande perigo e foi suprimido arquivando, assim, o projeto e igualdade política.

Mary Olympe dês Gouges (1748 – 1793), pseudônimo de Marie Gouze, feminista, revolucionária, jornalista, escritora e autora de peças de teatro francesa, ativista da Revolução de 1789, escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, em 1791, desafiando a conduta injusta da autoridade masculina e da relação homem/mulher. Defende “a ideia de que as mulheres devem ter todos os direitos que o homem tem ou quer para si, inclusive o de propriedade e de liberdade de expressão” (ZOLIN, 2005, p. 184). Também escreveu obras feministas com temas relacionados a direitos ao divórcio e às relações sexuais fora do casamento. De tanto transgredir foi guilhotinada em Paris, em 1793.

Em 1824, além da igualdade jurídica e o direito ao voto, as mulheres francesas reivindicaram também a equiparação de salários, pois se encontravam em pleno crescimento de industrialização, numa transformação da sociedade européia da época. Nos Estados Unidos e Reino Unido, surgiram vigorosos movimentos feministas no início do século XIX. Fundou-se, em 1837, a universidade feminina de Holyoke nos Estados Unidos. No Reino Unido, Mary Wollstonecraft (1759 – 1797), autora do moderno feminismo, publicou “*As reivindicações dos direitos da mulher*”, em 1792, obra que exigia para as mulheres as mesmas oportunidades de que gozavam os homens na educação, no trabalho e na política, pois via na educação a oportunidade capaz de aproveitar seu potencial humano e prepará-la para libertar-se da submissão e da opressão, tornando-se de fato, cidadão, como lhes é de direito.

Na Inglaterra, a Era Vitoriana não favorecia o avanço, pois achava que as mulheres eram inferiores intelectualmente, haja visto que o cérebro é menor, no entanto, na segunda metade do século XIX já reivindicam o direito ao voto que em 1928, foi concedido às mulheres britânicas. No Brasil, o movimento feminista teve como

principal líder a bióloga e zoóloga Berta Lutz (1894, São Paulo – 1976, Rio de Janeiro), em 1922, com a fundação da *Federação brasileira pelo progresso feminino* que reivindicava o direito ao voto, o da escolha de domicílio e de trabalho, independentemente da autorização do marido. Representou as mulheres brasileiras na *Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras*, nos Estados Unidos.

Os movimentos feministas prosseguiram, com energia, ao longo de todo o século XX; com isso, a situação mudou rapidamente pelo mundo inteiro. As mulheres já votavam na Nova Zelândia (1893); na Áustria (1902); na Finlândia (1906); na Noruega (1913) e no Equador (1929). A Revolução Russa de 1917 concedeu o direito de voto às mulheres. Por volta de 1950, a lista compreendia mais de cem nações.

Nas circunstâncias Pós Segunda Guerra Mundial ressurgiu o feminismo, com maior vigor, e traz como uma das principais representantes a francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), filósofa, que cultua a idéia de que a mulher não deve deixar que “os homens vendem-lhe a possibilidade de ação, recusem-lhe permissão para participar, releguem-na a marca passo, mantendo-a fazendo tarefas mecânicas” (NYE, 1995, p. 107) Com isso, ela declara que a mulher tem que se impor perante o homem e conseqüentemente à sociedade, tornando-se liberta do jugo masculino, transformando o seu anterior papel de objeto em uma condição de sujeito. Foi assim que com o lançamento do livro *Segundo Sexo*, 1949, Simone lança as bases do Feminismo radical.

Em relação à concepção que se estabelecia acerca da mulher e seu papel social é adequado revelar que Freud, o pai da psicanálise, faz uma crítica ao feminismo, acentuando a existência da relação de dependência sócio-cultural da mulher no que se refere ao contexto social, pois nesse predominam padrões masculinos, os quais não poderiam ser assumidos pela mulher. “Não é que a mulher seja um sujeito como qualquer outro sujeito: ela é um escravo. Sua servidão não é um papel assumível, mas está inscrita em sua própria identidade feminina” (NYE, 1995, p. 143). A representação do órgão sexual, similar ao que ocorre na visão de Freud, corresponde a uma marca determinante da relação de sujeição da figura feminina, teria ela inveja do pênis. Por isso as mulheres do feminismo radical abominam Freud.

Lacan defende que o homem por possuir o falo se torna o sujeito de dominação, por isso a mulher é submissa, existindo a partir da figura masculina. Segundo Nye (1995), outro estudioso que também centrou foco nessa questão, do

feminismo foi Jacques Derrida, um dos expoentes da filosofia francesa e mundial, que acreditava que a mulher não deveria tomar de assalto o lugar dos homens, tomar o seu posto, pois isso só enfatizaria o falocentrismo numa inversão de papéis, havendo assim a masculinização e, conseqüentemente, a perda da feminilidade, que é um traço imprescindível na construção da identidade da mulher.

Apesar das várias conquistas femininas, aqui enumeradas, percebe-se que é preciso muito mais a ser efetivado para a igualdade de direitos entre os sexos tornar-se realidade. É possível verificar fatos discriminatórios, preconceitos a que a mulher é constantemente submetida nos dias atuais, o que revela a persistência de uma visão inferiorizadora do papel da figura feminina no contexto sócio-cultural.

A emancipação da mulher é um processo que vem ao longo da história possibilitando o alcance de várias conquistas, como adquirir o direito de atuar em diversos setores que antes era reservado só ao homem, social, econômico, político, trabalhista. As reivindicações desse público ganharam notoriedade no final do século XIX quando o operariado luta por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania como votar e ser votado. Mesmo não estando incluso o voto feminino, foi o estopim para que houvesse a necessidade de reivindicar. Foram sete décadas nos Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil a espera foi por 40 anos. Intensificaram-se no século XX.

Na metade do século XX o resultado das lutas das mulheres já é bem visível como, por exemplo, o direito ao voto, de serem votadas, e inseridas no mercado de trabalho já ocupam posição de destaque, o ingresso no serviço público. Com a ausência do homem tragado pelas guerras a mulher não é mais só do lar, é inserida nos mais variados tipos de serviços, como mão de obra barata. Logo começam a aparecer no cenário artístico e literário.

Tanto na literatura quanto na crítica literária esse tema está sempre em debate. E tem tido efeitos positivos. Hoje já se pode ler e interpretar o texto literário focando tanto quem escreve como o que se escreve. Quando se trata da produção escrita da mulher, Zolin (2005), diz que a partir da década de 1970, quando Kate Millet publicou sua tese de doutorado *Sexual Politics*, onde questiona a prática acadêmica patriarcal, “a constatação de que a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina implicou significativas mudanças no campo intelectual” (p. 181).

A literatura canônica traz de forma visível o poder do masculino sobre o feminino. São relações circunstantes de um contexto sócio-histórico, determinante para a produção literária. Conforme Zolin (2005) “trata-se de um modo de ler a literatura confessadamente, empenhado, voltado para a desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero, construídas, ao longo do tempo, pela cultura” (p. 182).

O texto passa a ser lido considerando instrumentos da crítica feminista, marcado pela diferença de gênero, de forma descoberta, pronto para despertar o senso crítico, mudar mentalidades, ou divulgar o ponto de vista das escritoras, mulheres que saíram do aprisionamento do poderio do pensamento masculino e expuseram o seu interior, assegurando suas capacidades e segurança no que sabem e no que são capazes de fazer.

No final do século XX, surge um novo momento na história do feminismo. É importante nesse contexto de efervescência social e política e de transformação, o movimento feminista contemporâneo ressurgiu através dos livros, das revistas, dos jornais, das passeatas públicas, enfim temos o exemplo dado pelas mulheres no mundo todo se destacando lado a lado, apesar do homem. Neste trabalho mostraremos a escritora norte-americana Edith Wharton, mulher que desenvolveu uma vasta produção literária e não-literária.

II - A mulher e a obra literária

Como todas as nações, os Estados Unidos teve a sua literatura inicial marcada por cartas, diários, relatos de viagens e diários de bordo que revelavam as primeiras impressões dos viajantes europeus. Também uma sequência de documentos e obras que surgem em cada período do desenvolvimento cultural da humanidade. No período colonial, referindo-se à presença feminina, aparece a poetisa Anne Bradstreet (1612-1672), no período pós Revolução, de consolidação das literaturas nacionais; seguem Emily Dickinson (1830-1886), Gertrude Stein (1874-1946) ambas poetisas.

Na segunda metade do século XIX, juntamente com um grupo de escritores, também surge Edith Newbold Jones, que nasceu em Nova York em 24 de janeiro de

1862 e faleceu em Saint-Brice-Forêt no dia 11 de agosto de 1937, na França, onde passou seus últimos anos de vida. Do seio de uma família rica e importante, foi educada por uma governanta. Desde criança viajou muito com a família (os pais e dois irmãos). Sua educação continuou com professores particulares. Aprendeu francês e alemão. Era uma leitora voraz. Estudou literatura, filosofia, ciência e arte. Teve muitos privilégios, pois conviveu e teve amizade com pessoas importantes. Embora ela tenha toda essa estrutura intelectual, foi preparada para uma única coisa: o casamento, destino de todas as mulheres.

Casa-se com Edward Robbins Wharton, homem 12 anos mais velho que ela, com uma situação financeira boa proveniente da cidade de Boston. Esse casamento foi bastante tumultuado ao ponto de causar-lhe grande desgosto. Entre os anos de 1880 e 1902, o marido apresenta sintomas e agravamento de depressão, sem cura. Com esses acontecimentos ela dá um intervalo nas viagens. Em 1908, conhece o jornalista do *The Times*, Morton Fullerton, que se tornaria um parceiro intelectual e amante. Divorcia-se do marido Edward em 1913.

Como ficcionista escreveu poesias, romances, contos, ensaios, artigos, viagens e narrativas curtas de percepção social e psicológica. Mas não foi somente à literatura a sua dedicação; dedicou-se ao desenho arquitetônico, função quase que totalmente para homens na época, e Edith escreveu vários livros sobre designer de jardim como, por exemplo, *A decoração da casas*, em 1897; *Villas italianas e seus jardins*, 1904. Construiu, em 1902, sua casa que se chamou *O Monte*, em Lenox, Massachusetts, onde viveu até 1911. Lá escreveu muitos dos seus romances, incluindo *The House of Mirth* (1905), sobre a natureza da antiga Nova York, onde, também, se divertia com a nata da sociedade literária.

Em 1912 ganhou o Prêmio Pulitzer de ficção, pelo romance *A idade da inocência* (*The age of innocence*), e foi a primeira mulher a receber esse prêmio. Outra obra famosa é *Ethan Frome*, 1911; E em 1930 foi eleita para a Academia Americana de Artes e Letras. Divorciada vai embora para a França onde se instala. Conviveu com figuras intelectuais e políticas, como é o caso do escritor Henry James (1843-1916), André Gide, Sinclair Lewis, Jean Cocteau, e a figura pública Theodore Roosevelt.

Várias de suas obras foram adaptadas para o cinema como: *The House of Mirth* (1918), *The age of innocence*. Também para o teatro. Voltou aos Estados Unidos apenas

para receber o prêmio de Doutor honorário da Universidade de Yale, em 1923. Em 1934 publica o *Olhar para trás*, uma autobiografia. Durante a Primeira Guerra Mundial, Edith desenvolveu um trabalho social dedicando-se a servir os refugiados e órfãos na França e na Bélgica. Fez campanhas para levantar fundos e criar albergues e escolas, bem com encontrar meios de trabalho para as mulheres.

III – Patriarcalismo e dependência na obra *Eu soube amar (A solteirona)*, de Edith Wharton.

Da sua origem burguesa, Edith colheu da classe alta de Nova York um precioso material para os seus romances, como os valores morais, o conservadorismo, a rigidez e hipocrisia, a opressão sofrida pela mulher nessa sociedade patriarcal, em que não era permitido nem admissível desenvolver algum talento que não fosse casar e procriar ou a sua intelectualidade. Bastava-lhes obedecer ao marido, ser fiel, cuidar dos filhos, ou mesmo quando oportuno, repetir as atrocidades do homem. Não eram tratadas como sujeito e buscava-se impedir a sua fala e a sua capacidade de agir. O silêncio e a baixa autoestima faz parte da vida da mulher no pensamento pós-colonial, dominador.

E o objetivo desse trabalho é a leitura do romance *Eu soube amar (A solteirona)* analisando os aspectos patriarcalistas, na sociedade em que a mulher é discriminada, tem medo, ao ponto de renunciar sua própria vida. O romance foi traduzido e publicado no Brasil em 1948, por Rachel de Queiroz, do título original *The old Maid*.

O enredo se passa em Nova York, meados do século XIX, no momento em que os Estados Unidos recebem milhares de imigrantes precedentes da Alemanha, Irlanda, Inglaterra, Noruega e Suécia. O romance é narrado em 3ª pessoa, em onze capítulos. Os fatos ocorrem em ordem cronológica. Trata da vida de famílias ricas, geralmente da união do inglês com holandês, que significava a marca do poder patriarcal, próspera, sensata e pródiga. A obra é protagonizada pela família Ralston e suas ramificações, são proprietários das maiores áreas de terra e tradicionais ao extremo, como diz o narrador “Esses Ralston provinham da classe média inglesa e emigrando para as colônias, não se destinavam a morrer por um credo, mas viver com uma conta de banco” (p. 10).

São religiosos da Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América. Jonh Frederick é o fundador da família. As filhas (sadias e bonitas) eram para casar. Os filhos não devem cair na esbórnia, gastando com jogos, cassinos ou casas noturnas para poder juntar fortuna. Seguiam os passos dos pais. Casavam-se. Não precisava amor, bastava ter propriedade. A mulher nesse contexto estava na condição de escrava, pois não tinha propriedade, era a propriedade de quem a comprasse para procriar e servir ao marido como senhor.

O casamento é um assunto que vai despertar o interesse de vários teóricos, dentre eles, cita-se Mill. Esse estudioso do século XVIII diz que o matrimônio era o único propósito que deveria ser alcançado na vida da mulher. De acordo com as leis antigas da Inglaterra, o marido era tido como o dono de sua esposa, por essa razão, “ela não poderia recorrer a nenhuma lei contra ele; ele era o único tribunal e a única lei para ela” (MILL, 2006, p. 50).

Os Ralston eram ricos e poderosos, cumpriam os deveres “figuravam nas diretorias de todas as instituições de caridade tradicionais, contribuíram liberalmente para as organizações florescentes, tinham os melhores cozinheiros de Nova York...”(p. 13). A mulher casava e servia: “A lembrança da palavra ‘obedecer’ murmurada na cerimônia do casamento; uma semana ou um mês de acanhada melancolia, confusão e prazer tímido; depois a constituição do hábito, a insidiosa monotonia da rotina, os sonos sem sonhos a dois...” (p. 18). A mulher não tinha noção do que perdera, sem amar, sem ser feliz, sem trabalho além de cuidar dos filhos e dos bordados.

Os Ralston foram muitos e poderosos na primeira, segunda, terceira e chegando à quarta geração continuavam, com mesmo desembaraço de uma classe dominante, organizada a partir dos ensinamentos dos pais, prevalecendo o poder dos homens sobre as mulheres, dos mais ricos sobre os mais pobres, dos fortes sobre os fracos. E até mesmo das mulheres mais privilegiadas sobre as mais dependentes.

O enredo desenvolve-se a partir do relacionamento de duas moças, primas, Delia Lovell que casa com James Ralston, e Charlotte Lovell casaria com Joe Ralston se não fosse pobre. Que triste sina teriam. Delia casara sem amor com um homem rico, pois a quem amava era Clem Spender, pobre, artista plástico que fora embora. Mas, segundo Maria Angélica Alves (1991):

Amar o homem no casamento significa servi-lo bem. A união e o amor resumiam no casamento em comunhão de bens. Não interessa o que a mulher deseja. O homem tem o seu papel de provedor e construtor de um futuro comum. Cabia a ele permitir que o casamento se mantivesse em bases econômicas sólidas, e não cabia à mulher interromper com seus desejos e ambições (p. 51).

Charlotte ficara órfã de pai e a mãe não sabia o que fazer, levando a família passar grandes privações, o que lhe restou ir morar com a prima e casar com um rapaz mais pobre: “e Charlotte aparecera na sociedade com os vestidos reformados da mãe e calçada com sapatos de cetim, herdados de uma defunta tia...” (p. 21). A mulher sem o homem representava a decadência da família.

Charlotte até quinze anos não sabia que, na casa da prima, vivendo de favor se tornaria simplesmente uma solteirona, mesmo sendo cortejada pelo jovem Joe Ralston. Mas Charlotte adoece de um resfriado e é mandada para uma temporada numa aldeia na Georgia. Lá aprendera a cuidar das pessoas, e viu a degradação dos *brancos pobres* e o quanto eram discriminados. E começou a cuidar das crianças desamparadas. Quando voltou a diferença foi logo visível. Mais magra e pálida, na simplicidade de uma mulher pobre, somente a avó contribuía com algum afeto e cuidado. E cedeu-lhe um quarto para abrigar, em forma de creche, as crianças necessitadas que deixavam sob seus cuidados, inclusive uma que seria sua filha de sangue.

A pressão social é grande sobre a forma de vida de Charlotte. O que justificaria aquela atitude? Ficar sem casar e dedicar-se a cuidar de crianças? Isso intrigou até o médico, Dr. Landkel dizia que o instinto de maternidade frustrado era peculiarmente intenso nos casos em que as moléstias de pulmão impediam o casamento. Charlotte contraía tuberculose. A prima Délia compadeceu-se muito “Pobre pequena! Pensou Delia, como ela está velha e feia! Parece mais do que nunca uma solteirona. E ela não parece nem por sombras desconfiar que nunca mais terá outra oportunidade” (WHARTON, 1948, p. 32). É como se a mulher se transformasse num espectro monstruoso que a incapacitasse de conviver com as pessoas.

Para Tania Quintaneiro (1996)

As solteironas foram perdendo espaço no sistema produtivo e social e permanecer nessa situação veio a significar depender da caridade de parentes e, pior que isso, sujeitar-se ao mais entristecedor opróbrio. Assim, elas ficaram à mercê da tirania da família para a qual trabalhavam ou a de sua própria – o que era humilhante em qualquer dos casos (p. 158)

O fragmento explicita o domínio masculino constituído em razão da procriação e do casamento, que o assegura uma condição de ser ativo, enquanto a mulher é um ser passivo. Impossibilitadas, às vezes de realizar seus sonhos, se resignam a manter os sonhos de outras mulheres, como as primas. No caso de Délia que cria a filha de Charlotte, orientando-a e amando-a como mãe, e a outra mantendo em silêncio o segredo da maternidade, permitindo que a outra crie a história de sua família, falando por ela, criando a sua imagem, dando-lhe a vida e orientando o seu destino com medo de atrapalhar a vida da filha.

Além de criticar o poderio patriarcal na formação da sociedade dos Estados Unidos, Edith Wharton, também fala dos costumes familiares, das famílias ricas, e trata da forma cruel como se davam os acontecimentos. Tina é o nome da filha de Charlotte, gerada do encontro dela com o pintor Clem Spender, clandestinamente, amado por Délia no passado. Tina passou a ser de Délia, como filha de criação quando soube que castigaria a prima. Quando soube quem era o pai gostou ainda mais de ser a mãe da menina, pois legitimou a maternidade para que pudesse entregar a filha para um marido de posses.

A menina Tina passou a ser um objeto de disputa do amor das duas mães: uma casada, rica, feliz, realizada, com os filhos legítimos todos casados, e Charlotte, a mãe de Tina, mantinha-se seca, fria, triste, até a forma de lidar com a menina. Depois que ouviu a confissão de Charlotte sobre a paternidade de Tina, ficou a pensar no passado, e a se perguntar:

Como será que amantes como o foram Charlotte e Clem Spender, conseguem se encontrar? Que espécie de solidão lhes esconderia os prazeres clandestinos? Na sociedade estreita. Compacta e vigiada a que todos eles pertenciam, como seria possível – literalmente – que se realizassem tais encontros? (WHARTON, 1948, p. 141).

As mães passaram a ver Tina como uma ameaça à moral familiar, com 15 anos teria que casar. Mas quem a conduziria a isso? A solteirona Charlotte não era bom exemplo, como a própria Tina dizia “Foi porque eu disse que ela era solteirona? Mas ela não é mesmo, mamãe? Solteirona de natureza, porque parece que ela nunca foi moça!” (WHORTON, 1948, p. 94). Por mais que quisesse demonstrar afeto de mãe não tinha mais tantos sentimentos, além de uma figura feia e inexorável. Mas o único consolo é ter tido a possibilidade de ser mãe. Não tinha sobrenome para dar a filha, cabe à Delia esta função:

Eu disponho do dinheiro de minha mãe, os dinheiros dos Lovell; não é muito, para falar a verdade; mas Jim sempre quis que esse dinheiro voltasse para os Lovell, e a minha Delia e o irmão já estão muito bem amparados. Não há pois motivo para que eu não disponha do meu dinheiro a favor de Tina, como também não há impedimento em que ela passe a se chamar Tina Ralston (WHARTON, 1948, p. 156).

Delia fala da independência dos filhos em relação o seu dinheiro da herança familiar. Por isso tornara-se o propósito dominante da pobre criatura e fazer com que a filha ignorasse eternamente o laço que as ligava. O que existe na verdade é um ódio imperdoável, entre ambas. O recalque por terem amado o mesmo homem, e a disputa pela filha que este depositou em Charlotte.

Nas sociedades patriarcais muito se discutiam os costumes como o casamento “Essa opinião unânime na New York daqueles tempos que os jovens deviam ter uma oportunidade de se conhecerem um ao outro [...] Uma misteriosa lei de decoro dizia que noivos recentes deviam sempre ser considerados como conhecidos recentes um do outro” (WHARTON, 1948, p. 163).

Na vida as duas mulheres mergulham em perdas e silêncios. Também há indício de um grande egoísmo. Disputavam nas últimas horas, o tamanho do amor que cada uma sentia por Tina. Contariam a verdade para a moça? Charlotte poderia estragar a felicidade da jovem noiva e perderia para sempre a chance de contá-la. Por outro lado, Delia daria os últimos conselhos como mãe. E a renúncia da mãe biológica foi definitiva, por amor. Era o que cabia a quem estava em desvantagem, renunciar, perder. Resta-lhe um profundo desânimo melancólico e uma incapacidade de encarar aquela que sempre a derrotou, a prima a quem confiou a sua filha. E continuou na sociedade

como a solteirona, deficiente, “aquela que não conseguira realizar a tempo seu destino biológico” (QUINTANEIRO, 1996, p.157). Mas pode-se considerar que muito das renúncias envolve amor, enquanto o ódio predomina de forma silenciosa e corroedora.

Mas, no contexto atual, a mulher avançou significativamente e não há mais meios de retroagir, pois os meios de comunicação favorecem a aproximação delas para se sentirem mais fortes para que seus gritos altissonantes sejam ouvidos. As mulheres igualam-se e assumem lugares na vida social, familiar, política. E a educação do homem já tem a maestria feminina.

Referências bibliográficas

WHARTON, Edith. *Eu soube amar* (A solteirona). Trad. Rachel de Queiroz. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.

ZOLIN, L. O. Crítica feminista. IN.: BONNICI, T. *Teoria literária: abordagens históricas contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2005.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos ventos, 1995.

QUINTANEIRO, Tania. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ALVES, M. A. Entre a sombra e a luz. IN. XAVIER, E. *Tudo no feminino: a mulher e a narrativa brasileira contemporânea*. (Coletânea de ensaios) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, p. 45-64.

LOBO, L. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, C. de L. A urgência do Pós-colonialismo e os desafios dos feminismos latino-americanos. In. TERCEIRA MARGEM: Revista de Pós-graduação em Ciência da

Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, Pós-graduação, Ano XIII, n. 20, jan.-jul. 2009.